



Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social

“ECOLOGIA SEM LUTA DE CLASSES É JARDINAGEM”: A AGROECOLOGIA E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA COMO CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Julia Mariane Januario de Souza¹

Maria Luiza Santos²

RESUMO

Refletindo a partir das condições sócio-históricas que formaram o Semiárido como espaço político e geográfico e diante das marcas de exploração e dos estigmas que assolam a região, a partir do método do materialismo histórico crítico-dialético na análise qualitativa dos estudos bibliográficos e documentais, este artigo tem o objetivo de trazer uma reflexão sobre uma nova perspectiva que relaciona práticas sustentáveis de manejo dos recursos naturais a partir do conceito de Agroecologia e a atuação dos novos movimentos sociais organizados em rede na Articulação do Semiárido. Entende-se assim que a organização política é fundamental como instrumento de denúncia de violação de direitos a partir das investidas do sistema capitalista e para o fortalecimento do Paradigma da Convivência, valorização da agricultura familiar, permanência dos sertanejos em suas terras e a preservação ambiental no Semiárido brasileiro, compreendendo que luta de classes e movimento ambientalista não são dissociáveis. Este estudo foi desenvolvido a partir do plano de trabalho “Resistência sertaneja e organização política no Semiárido brasileiro no século XXI” e “Práticas Agroecológicas da agricultura familiar no Semiárido brasileiro” que vem sendo desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Semiárido brasileiro; agricultura familiar; agroecologia; movimento social; organização política;

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é um produto das reflexões realizadas no projeto de pesquisa “Resistências Sertanejas no Semiárido Brasileiro: a Agricultura Familiar entre mudanças climáticas, secas, ajuste fiscal e pandemia no Século XXI (2010 a 2020)”, vinculada ao Grupo

1 Graduada em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista de Iniciação Científica no Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEPQPSOCIAL - UFRN). Bolsista de Extensão na Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INICIES - UFRN) Email: julia.souza.709@ufrn.edu.br

2 Graduada em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista de Iniciação Científica no Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEPQPSOCIAL - UFRN). Bolsista de Extensão na Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INICIES - UFRN) Email: luiza.santos.711@ufrn.edu.br



de Estudo e Pesquisa Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Desse modo, o estudo tem como objetivo refletir sobre as organizações políticas e o movimento da agroecologia como estratégias de fortalecimento das vivências sertanejas no Semiárido brasileiro.

A partir da contextualização acerca da formação do Semiárido como espaço de disputas e das consequências das mudanças climáticas que transformam as paisagens e dificultam cada vez mais os meios de vida da população que vive da agricultura familiar, busca-se compreender como as novas estratégias de condução e manejo dos recursos naturais são importantes aliados para a permanência dos indivíduos e para a preservação de um modo de vida por muito tempo estigmatizado. Sabe-se que o semiárido, para além de um espaço geográfico é também um espaço de disputas e conflitos políticos, discutiremos também sobre como os movimentos sociais e as demais organizações políticas possuem a tarefa de denunciar, mobilizar e articular métodos de articulação regional em defesa do meio ambiente e da vida. Por fim, por meio do paradigma da Convivência com o Semiárido entendemos que a categoria movimento social e agroecologia não podem estar dissociados e nem devem assumir uma posição de neutra em sua relação com os conflitos de classe, visto que, como Chico Mendes, grande ambientalista brasileiro nos ensinou, ecologia sem luta de classes é jardinagem.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O SEMIÁRIDO BRASILEIRO, AGROECOLOGIA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

O aprofundamento das questões relativas à definição da realidade complexa vivenciada no Semiárido brasileiro são expressas na obra de Silva (2010), denominada “Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento”, onde o autor, para além da caracterização física de um território climático, escolhe analisar criticamente as decisões político-econômicas tomadas ao decorrer das décadas pensadas sob três perspectivas principais: sanar o problema das secas, desenvolver economicamente a região e possibilitar a sobrevivência e a permanência da população natural do semiárido, sua cultura e modo de vida. Buscando assim entender mais sobre as particularidades da região do Nordeste que mais foi vítima das mazelas naturais e sistêmicas no decorrer da história do Brasil desde a sua colonização que resultaram em consequências que



desaguam na realidade local até os dias atuais, como indicativos de êxodo regional, baixa escolaridade, desvalorização da agricultura familiar e outros aspectos.

O Semiárido brasileiro (SAB) é uma região que ocupa cerca de 12% do território nacional (IBGE), abrangendo nove estados do Nordeste, ocupando mais de 85% de sua extensão desses estados, sendo conhecida anteriormente como “sertões” ou “Nordeste das secas” (SILVA, 2010, p.17). Essa região é nacionalmente conhecida por ter uma baixa precipitação pluviométrica intensificada pelo fenômeno da evapotranspiração, ou seja, longos períodos de estiagem e dificuldade de absorção da água da chuva pelo solo cristalino, que tem por consequência a característica de ser um clima muito quente e seco. Essas características foram usadas por décadas como estigmas para a região, contribuindo para a construção do imaginário popular em que a seca seria a grande geradora da pobreza regional. Apesar disso, os biomas que ocupam o território — o Cerrado e a Caatinga — são ricos de espécies vegetais e animais que desenvolveram habilidades de adaptação que viabilizam sua existência.

Por motivos político-econômicos, as narrativas negativas sobre a região foram utilizadas como base para o desenvolvimento de políticas de combate à seca, sendo seu destaque as ações emergenciais de abastecimento hídrico, de caráter assistencialistas, que culpabilizam a situação climática pela situação de desigualdade do Semiárido, sobretudo no Nordeste brasileiro, favorecendo a concentração fundiária.

Outra perspectiva que marcou a região foram as investidas da modernização econômica no Semiárido, que almejavam o desenvolvimento industrial como alternativa para a geração de emprego e renda. Esse modelo de desenvolvimento foi impulsionado principalmente pelo interesse dos grandes pólos industriais da região sudeste do Brasil que almejavam a região semiárida como um novo foco de investimento. Apesar do período desenvolvimentista ter acarretado em estudos importantes sobre a região, principalmente no que se diz respeito às contribuições de Celso Furtado³ e da criação da Superintendência do Nordeste (SUDENE), o olhar voltado para o Semiárido nesta época não levava em consideração as necessidades da maioria da população, ou seja, dos que possuíam um modo de vida voltado para a agricultura familiar de subsistência e que dependiam da criação de tecnologias sociais, dessa maneira esse

³ Para Furtado, o subdesenvolvimento é uma expressão da dinâmica mundial engendrada pelo capitalismo, não é uma etapa para se alcançar o desenvolvimento pleno, mas uma condição da desigualdade social. (Silva, 2010, p. 116). A partir desta tese, seus estudos contribuíram para a compreensão da formação social do Brasil.



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

período é registrado como um período de formação de “ilhas de desenvolvimento”. Essas duas abordagens indicam que o Estado brasileiro por muito tempo não considerou a óptica da vida dos próprios trabalhadores do Semiárido para elaborar propostas de desenvolvimento que estivessem alinhadas às necessidades dessa população, assim, “o desconhecimento da complexidade do Semi-Árido (*sic*) conduziu à introdução de práticas agropecuárias inadequadas, provocando ou agravando desequilíbrios ambientais” (Silva, 2010, p.20).

O Semiárido brasileiro foi constituído a partir de conflitos em busca de lucro e baseando-se em injustiças sociais, com as expressões da “questão social” evidente em seu processo sócio-histórico. Esse modo de produção da classe dominante influenciou diretamente na relação entre ser humano e a natureza, visto que, a priori, essa conexão permitia transformação entre humanos e ambiente que configurava-se na produção e reprodução do ser social. No entanto, com o sistema capitalista, a dinâmica torna-se hierarquizada, com o ser humano dominando e explorando a natureza para fins de demandas econômicas do processo produtivo, com o controle do processo de criação e reprodução da vida no globo, objetificando a relação da humanidade com a natureza que é compreendida como submisso e elemento passivo para atender as demandas da hegemonia capitalista. (Marcatti; Souza Junior, 2021).

Nesse sentido, os efeitos das mudanças climáticas, que estão atingindo o globo, são reflexo da exploração contínua de séculos do sistema capitalista. No Semiárido brasileiro é possível observar os impactos com o acentuamento das alterações climáticas, em primeira instância, devido aos longos anos de exploração e expropriação do solo com manejo inadequado, desmatamento e políticas públicas ineficazes que deterioraram o bioma predominante, a Caatinga, fez com que houvesse problemas ambientais presentes que influem na produção agrícola da região, conseqüentemente, no modo de vidas da população do território. Em segunda instância, a região possui o clima semiárido que está mais propenso ao processo de desertificação que ocorre nos climas áridos, semiáridos e subúmidos secos e configura-se no empobrecimento e degradação do solo, com mudanças das características usuais do território para um clima desértico (Souza *et al*, 2023). Todavia, esse processo está ocorrendo, em virtude, da interferência humana que agrediu a natureza durante longos períodos de modo ininterrupto, conforme afirma Santos (2019, p.20):

Entretanto, não somente os aspectos climáticos servem de referências, pois devido à complexidade deste processo complexo, evolutivo e em espiral, outros atributos colocam esta região propensa à desertificação. Algumas das mais significativas são:



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

um conjunto pedológico que apresenta expressiva fragilidade natural (pobres e maior erodibilidade); relevo marcado por amplitudes altimétricas e declividades elevadas; subtração de extensas áreas das Caatingas, fruto de atividades socioprodutivas degradantes, a exemplo de desmatamento indiscriminado e atividades mineradoras; superexploração dos recursos de água doce; destruição/desestruturação do modo de vida camponês (agricultura de subsistência); concentração fundiária; ausência de sistemas de conservação de água e solos.

Essas alterações nas particularidades do clima da região implica no impacto na biodiversidade de fauna e flora que correm o risco de extinção, por causa da menor disponibilidade de água, influenciando em modificações nos modos de vida dos agricultores familiares (Carneiro, 2024). A agricultura familiar necessitou ao longo de sua história se adaptar e aprender a produzir a partir das condições mais favoráveis dos diferentes ambientes biofísicos e sociais, construindo sua cultura e conhecimentos no processo de tentativa e erro (Caporal; Costabeber, 2000). Dessa forma, com o acentuamento das mudanças climáticas são os agricultores familiares que mais sofrem com os impactos ao perderem no processo seus insumos.

Com o avanço global das mudanças climáticas, é por volta do final do século XX, no período de formação dos Novos Movimentos Sociais, organização das identidades e por consequência da formação do movimento ambientalista internacional, aliado ao processo de abertura política brasileira pós Ditadura Militar novas perspectivas começam a tomar forma e visibilidade.

Para a análise dessa perspectiva foi utilizada a concepção de movimentos sociais elaborada por Maria da Glória Gohn (2011), que define um movimento social como uma necessidade coletiva formada por identidade,positor e projeto político comum. Além dos estudos de Scherer-Warren (1993) sobre as Redes de Movimentos Sociais, que sugere que as redes prezam pela “busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político.” (Scherer-Warren, 1993, p.119). Dessa forma, utiliza-se da tese de Brito (2007), para compreender como Movimentos sociais, organizações não-governamentais e outros agentes da sociedade civil começam a pensar novas alternativas para o Semiárido brasileiro, compreendendo que os efeitos da seca não são o principal fator para a desigualdade da região semiárida e que, por esse lado, é possível construir um novo caminho, que hoje é chamado de Convivência com o Semiárido. Entendendo assim que é possível e é necessário que se



desenvolvam estratégias para a adaptação da vida na região, por meio de tecnologias que possibilitem o armazenamento de água, o cultivo adequado dos alimentos e de modo geral, o acesso aos direitos sociais. Além disso, a Convivência é um movimento político de resistência, tendo sido formulado pelas organizações presentes na Articulação do Semiárido, que se configura como a expressão organizativa desse paradigma (Brito, 2007, 199).

A agricultura familiar enfrenta desde a colonização uma conjuntura opressiva onde aplica-se políticas contrárias à sua existência. Com a emergência das mudanças climáticas necessitam de medidas para promover a convivência com o ambiente, para que assim se possa haver a possibilidade de reverter o atual quadro de aquecimento global. Dessa forma, busca-se alternativas sustentáveis para fortalecer a agricultura familiar e sua relação com a natureza.

Diante disso, os movimentos sociais se articulam para promover a adoção da perspectiva agroecológica por parte da agricultura familiar com intuito de fomentar as políticas de convivência. A agroecologia é uma categoria que possui diversas definições, no âmbito geral pode ser entendida como um campo de conhecimento que tem como objetivo desenvolver a agricultura sustentável por meio de bases teóricas, metodológicas e científicas, integrando os conhecimentos técnicos e conhecimentos locais, considerando as bases ecológicas utilizadas nos diferentes processos reprodutivos do ecossistema, acompanhado do sentimento de esperança de retroceder as consequências dos anos de manejo inadequado dos recursos naturais (Buainain, 2006).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quando o pesquisador busca realizar um estudo sobre determinado objeto necessita compreender a totalidade que perpassa a realidade. Dessa forma, para nos debruçarmos sobre as categorias da agroecologia e organização política no contexto da região do Semiárido, guiamos a pesquisa pelo método do materialismo histórico dialético, por permitir que os estudos transcendam o cenário aparentado, e se aprofunda na investigação das contradições da sociedade, com:

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto (NETTO, 2009, p.08)



Diante disso, o presente trabalho retrata-se a partir da revisão bibliográfica e estudos documentais, de modo qualitativo, a partir do debate de Silva (2010) com intuito de abordamos o cenário de construção sócio-histórico da região do Semiárido, utiliza-se de Caporal e Costabeber (2000; 2004), Bauinan (2006), Souza *et al* (2016), Santos (2019), Santos *et al* (2014), Cruz (2019) para aprofundar no debate sobre agroecologia no Semiárido em meio a realidade das mudanças climáticas. No que se refere às contradições do modo de produção capitalista, perpassa-se pelos estudos de Marcatti e Souza Junior (2021), Vargas *et al* (2016), Traldi e Rodrigues (2022). E por fim, busca-se as reflexões dos autores Scherer-Warren (1993), Brito (2007) e Gohn (2011) para aprimorar a discussão sobre organização política e os movimentos sociais.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 RESISTÊNCIAS NO SEMIÁRIDO: A AGROECOLOGIA E A ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO

O cenário de pós segunda guerra mundial fez com que as autoridades mundiais refletissem sobre o desenvolvimento econômico e social dos países envolvidos na guerra, em consonância com a crise dos recursos não renováveis utilizados em grande escala pelos países desenvolvidos de modo que sua economia dependiam da posse do petróleo e carvão, assim, buscaram alternativas para reverter essa situação, difundindo o conceito de sustentabilidade, no final da década de 1980 (Vargas *et al*, 2016). Dessa forma, as reuniões propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e as conferências internacionais tinham o intuito de promover soluções, entretanto não adotaram medidas concretas para extinguir os problemas ambientais, uma vez que ocultaram o papel do modo de produção capitalista na apropriação dos recursos da natureza que ocasionaram nas consequências sociais e ambientais, defendendo como solução a ampliação das tecnologias limpas das energias de fontes renováveis, solar e eólica (Traldi; Rodrigues, 2022).

Todavia, conforme explicita as autoras Traldi e Rodrigues (2022) as chamadas tecnologias verdes foram apresentadas como formas de preservação do meio ambiente, mas para sua implementação no dito “capitalismo verde” promove apenas o acúmulo de capital e degradação da natureza. Nesse sentido, pontua-se que as autoridades governamentais adotam o discurso de desenvolvimento sustentável como forma de extinguir os efeitos das alterações



climáticas, contudo, suas ações são voltadas para busca por lucro, enquanto, o aquecimento global e o efeito estufa agravam as condições climáticas do globo terrestre.

Como modo de oposição a essas medidas tem-se a agroecologia, defendida como uma das soluções para mitigar ou adaptar as consequências das mudanças climáticas, visto que tem em suas características a implementação de uma agricultura alternativa que transcende a conceituação de produção orgânica e o não uso de agrotóxicos, pois configura-se em uma ciência com práticas e tecnologias agrícolas, fomentando uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, simultaneamente, promove maiores condições econômicas e inclusão social ao agricultores familiares (Caporal; Costabeber, 2004).

Além disso, a agroecologia ao dialogar com os saberes populares da agricultura familiar também impulsiona as políticas de convivência com o Semiárido, permitindo que os agricultores familiares possam de maneira ecológica produzir seus insumos e preservar a natureza da região que ao longo dos anos foi degradada em benefício do lucro da classe dominante. No entanto, para que a sua adoção seja possível se faz necessário uma transformação nos costumes culturais e modos de vida, como aponta Santos *et al* (2014, p. 08):

Nesse contexto, a agroecologia é um caminho que concilia a agricultura familiar e a sustentabilidade para o espaço rural. Contudo, é necessário reconhecer os desafios da transição de um modelo para outro, que envolve a dimensão econômica, tecnológica, social e cultural. Abordar a perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento no âmbito do espaço rural é reconhecer sua complexidade no que se refere a sua composição social, práticas cotidianas e relações sociais e econômicas, que por vezes se estendem para além desse espaço.

Diante disso, pondera-se ainda, o papel dos movimentos sociais para impulsionar a adoção das práticas agroecológicas, inclusive para reivindicarem o apoio dessas medidas no âmbito governamental. Como foi realizado na ação da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) para criação das políticas de infraestrutura hídrica “Um milhão de cisternas rurais” (P1MC) e o “Uma Terra e Duas Águas” (P1+2), instaurado em parceria com o Governo Federal, essas tecnologias sociais permite que a população do Semiárido possam captar e armazenar a água da chuva. A ASA é fundamental para a promoção das práticas de convivência com o Semiárido e atuam no enfrentamento às problemáticas das mudanças climáticas, como o programa das cisternas que possibilitou aos agricultores familiares o acesso a água em seu local de moradia, aumentando sua produtividade e proporcionando que haja uma reflexão sobre a capacidade dos agricultores de subsistência de conviver com as condições que o ambiente ao



seu redor lhe assegura, aumentando a coragem, autoestima e autonomia de experimentar formas inovadoras de produção (Cruz, 2019).

É a partir desse olhar que consideramos que não se pode existir um movimento agroecológico de defesa do meio ambiente sem a influência das mobilizações políticas e dos diversos conflitos que envolvem o manejo e a apropriação das terras do Semiárido brasileiro. Dia após dia novas tecnologias são criadas e implementadas no semiárido com o objetivo único de industrialização e formação de pólo econômicos, e é por causa disso que é necessário buscar uma reflexão crítica acerca das consequências da exploração dos recursos naturais.

A Articulação do Semiárido, munida de movimentos sociais orientados a pensar na agroecologia é a mais forte das estratégias de denúncia dos manejos inadequados, assim como também é a fonte de construção e valorização de saberes e da divulgação de novas possibilidades de uso do solo e da preservação ambiental, partindo da perspectiva da convivência harmoniosa com a natureza e salvaguardando os sertanejos da agricultura familiar que são maioria e que sustentam o território.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto buscou analisar o movimento da agroecologia e a organização política diante da atual realidade da região do Semiárido brasileiro, ao enfrentar os desafios climáticos ocasionados pelo aquecimento global que estão se agravando cada vez mais. Dessa forma, surge a necessidade de adotar ações com o avanço das alterações climáticas, a partir de medidas de mitigação ou buscar adaptação em meio ao novo cenário. O contexto torna-se delicado devido ao processo de formação do território que perpassou pela busca maximizada da acumulação de capital, através da exploração e expropriação da natureza que deteriorou a fauna e flora da região, com manejo inadequado dos recursos naturais e implementação de animais e plantas exógenas, o que sucedeu na produção de situações de calamidades para a classe trabalhadora do Semiárido.

O processo de colonização da região até a inserção das energias vendidas como renováveis enfraqueceu o solo e os patrimônios ambientais da região, tornando-o mais suscetível a sofrer com os efeitos das modificações climáticas, acentuando, conseqüentemente, as expressões da “questão social” vivenciada pela população sertaneja. Nesse sentido, defende-se a agroecologia como a alternativa para confrontar os modos abusivos de utilizar os recursos



da natureza, pois além de promover as políticas de convivência com ambiente, impulsionando o respeito e autonomia na relação entre ser social e ambiente, a agroecologia transfigura-se como oposição a agricultura convencional.

Desse modo, se faz necessário a presença das organizações políticas no âmbito da agroecologia para que possa fomentar e fortalecer a adoção das práticas agroecológicas por parte dos agricultores familiares, visto que, os principais responsáveis pelas alterações climáticas possuem classe, cor e gênero, divergente dos agricultores de subsistência atingidos pelas mudanças climáticas. Nesse sentido, retornamos a Chico Mendes, sem a luta de classes, a ecologia é jardinagem, precisa-se consolidar a resistência diante das modificações e aumento da temperatura, pois os líderes mundiais focam em sua eterna busca pelo lucro, em cima da exploração da força de trabalho das minorias.

REFERÊNCIAS

BRITO, Paulo Afonso Barbosa. Redes, solidariedade e cidadania democrática: a experiência inovadora da articulação do Semi-Árido. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9643>> Acesso em abril de 2020.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: Iica, 2006.

CARNEIRO, Giovanna. Mais um efeito da mudança climática: semiárido aumentou e governo prepara mudança dos mapas. 2024. Acesso em: 3 de março 2024.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. **Emater**. Porto Alegre, p. 16-37. jan/mar. 2000.

CRUZ, Fernanda. Agroecologia e convivência com o semiárido: quebrando paradigmas, transformando vidas. **Observatório Itaú Cultural**. São Paulo, v. 5, n. 2, p. 170-182, nov. 2019.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333–361, maio 2011.



MARCATTI, Amanda Aparecida; SOUZA JUNIOR, Hormindo Pereira de. Capitalismo e natureza: destruição socioambiental e exploração da força de trabalho. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 238-250, 17 set. 2021. Universidade Federal da Bahia. <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i2.44176>.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 1-37, 2009.

SANTOS, Christiane Fernandes dos, *et al.* A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 33-52, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-753x2014000200004>.

SANTOS, Jémison Mattos dos. INDICADORES DE DESERTIFICAÇÃO: UM OLHAR CALEIDOSCÓPICO DESDE O CONTEXTO CIENTÍFICO INTERNACIONAL E NACIONAL. In: ARAUJO, Sérgio Murilo Santos de; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de. **DESERTIFICAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO E PARAIBANO**: abordagens conceituais, metodologias e indicadores. Paulo Afonso/Ba: Sabeh, 2019. Cap. 2. p. 1-150.

SOUZA, Anny Catarina Nobre de *et al.* Sistemas de indicadores de desertificação no Semiárido brasileiro: uma revisão sistemática integrativa da literatura. **Geografes**, Espírito Santo, p. 1-15, jul. 2023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/geografes/8863>. Acesso em: 08 fev. 2024.

TRALDI, Mariana; RODRIGUES, Arlete Moysés. **Acumulação por Despossessão** a privatização dos ventos para produção de energia eólica no semiárido brasileiro. Curitiba: Appris, 2022.

VARGAS, Felipe *et al.* Desenvolvimento Sustentável: introdução histórica e perspectivas teóricas. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2016. Cap. 9. p. 99-107.